

# **Família, modos de usar e abusar. Maternidade e deslocamentos ou ensaiando indisciplinas**

Mary Garcia Castro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CASTRO, M.G. Família, modos de usar e abusar. Maternidade e deslocamentos ou ensaiando indisciplinas. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 41-65. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0003>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 2

## **Família, modos de usar e abusar. Maternidade e deslocamentos ou ensaiando indisciplinas<sup>1</sup>**

4<sup>1</sup>



*Mary Garcia Castro*

### **Apresentação**

Família e maternidade são temas que se entrelaçam, enredam-se e na forma de se enlaçarem anulam ou afirmam processos de emancipação feminina. É comum

---

<sup>1</sup> Este texto em sua versão original foi apresentado no IV SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES, organizado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob os cuidados do Grupo de Pesquisa Enlace e do Grupo de Atuação em Defesa das Mulheres (GEDEM), na Mesa Conferência "Famílias, Modo de Usar", UNEB, Salvador, 27 a 29 de maio de 2015.

atribuir-se à família, e em especial à mãe, se a referência são grupos na pobreza, a responsabilidade pelas trajetórias do filho ou da filha, principalmente se tais caminhos são tidos como desviantes ou turbulentos para a moral e bem-estar da sociedade dominante.

A mãe que tem o filho assassinado pela polícia, estigmatizado na imprensa como bandido, além da dor pelo filho perdido, da busca do corpo ocultado, acumula a culpa que lhe é imposta pela sociedade.

Mas a complexidade da maternidade, a carga de ser pai e mãe, principalmente quando em famílias monoparentais, desafia codificações absolutas. O rebento, que a vida arrebenta, é “o meu menino”, objeto de cuidado, que se impõe sacrifícios, gratifica. Não ao azar vem o feminismo mais discutindo cuidado, como trabalho que desestabiliza divisões entre o público e o privado, como ética social, respaldado por vínculos, afetos que para alguns autores empodera e para outros reproduz submissões de gênero na classe.

Nesta peça discutimos modos de valorar tal binômio família e maternidade em algumas perspectivas feministas, aterrissando ao final, por breves referências, em uma mãe que desloca a relação família e maternidade, para maternidade e sociedade, a mãe pública, figura que vem se fazendo cada vez mais presente, tirando a ética do cuidar do pequeno mundo da família, desafiando Estado, um estado de coisas, a desumanização destes tempos de barbárie. Ou seja, em termos de ensaio, texto ainda em desenvolvimento em plano de livre pensar, reflito algo sobre a mãe do considerado o “bom bandido”, o morto. A mãe, da sua dor, tira coragem para brigar por tantos outros, estigmatizados como “maus bandidos”, porque ainda vivos, logo marcados pelo Estado policial para morrer.

Para alguns autores no campo feminista, o processo – de maternagem, maternidade – estaria contaminado por relações sociais, simbólicas e patriarcais, que marginalizariam ou afogariam uma mulher em se fazendo, enquanto, para outras feministas, mãe, maternagem, maternidade poderiam colaborar para um poder singular das mulheres, principalmente se a família fosse esquartejada, ou seja, dela suprimida o macho reprodutor e

se transitasse sem fronteiras, deslocando-se entre família de casa, família da rua, família mundo.

## Enfoques no Feminismo sobre família e maternidade<sup>2</sup>

Michèle Barrett e Mary McIntosh, ambas sociólogas e feministas de renome, em trabalho que marcou o campo de estudos sobre família, *The Anti-social Family* (1982), enfatizam que a briga quer de socialistas quer de feministas deveria ser contra a ideologia familista hegemônica que muito se identifica com uma ideologia sexista heteronormativa que marca a sociedade ocidental, contra certos tipos de configurações familiares e a exclusão de tantas outras possíveis. A questão é que são tênues as fronteiras entre instituição, legitimidade social desta e imposição de uma ideologia, assim como a desidentificação de socialistas e feministas com a crítica a um tipo histórico e social específico de família – a família nuclear ou extensa baseada na autoridade do pai-marido e na divisão sexual do trabalho, do poder e do prazer. A crítica feminista a tal tipo de família foi confundida com uma palavra de ordem genérica: “morte à família”.

Tal simplificação é rejeitada por diversos autores. Por exemplo, Chodorow e Contratto (1982) em artigo crítico às correntes feministas, negam a propriedade de posturas que consideram a mãe como toda poderosa, assim como aquelas que reduzem a mãe e a mulher a vítimas passivas. Também advertem que assim como os antifeministas tendem a culpar a mãe por tudo que acontece na trajetória dos filhos, há correntes feministas que culpam a criança ou o ter filhos por privações no ambiente de maternagem e do fazer-se sujeito mulher.

Também Barrett e McIntosh (1982) como muitas outras feministas e sociólogas recusam interpretações essencialistas sobre a família e só

---

<sup>2</sup> Esta parte é adaptação de texto constante do artigo “É possível um diálogo entre a Psicanálise Winnicottiana e o Feminismo de corte Sociológico, quando o foco é gênero e família? Notas a partir de leituras cruzadas sobre maternidade - Nancy Chodorow e D. W. Winnicott”. (CASTRO, 2014)

debatem sobre o tema o territorializando: qual família? De quem? Em que classe? Em que cultura? Como? Representada de que forma e por quem? No interesse de quem, de quê e onde?

Pede-se, portanto, referências históricas aos nexos entre o público e o privado, dando contexto a textos e evitando o pecado original da própria sociologia, no século XIX, a busca de leis gerais.

Barrett e McIntosh (1982) relativizam determinismo contextual ao insistirem na perspectiva da heterogeneidade de apropriações de sentidos no debate sobre família por ênfase na ideologia, ou seja, no familismo, dando, portanto, espaço ao plano das representações ou das reações do vivido ou da “realidade” do simbólico, tendo como referência a dinâmica interna da família e nesta a vida afetiva e a socialização.

Uma das teses de Barret e McIntosh (1982) é de que o apelo a reconhecidas propriedades da instituição família como o apoio emocional, a importância dos vínculos de parentesco, inclusive para o desenvolvimento da criança, a blindaria contra as críticas, mas o que se deveria perguntar é: por que só a família cumpriria tais papéis?

[A família] é de fato a principal agência do cuidar, mas ao monopolizá-lo, tornou mais difícil empreender outras formas de cuidados. A família é realmente uma unidade de compartilhamento, mas exigindo partilha ao seu nível, fez com que outras relações de cuidados em outras esferas tendessem a se tornar mercenárias. É realmente um lugar de intimidade, mas privilegiando a intimidade, como restrita a parentes próximos, colabora para que o mundo exterior a ela seja frio e não amistoso. E tornou difícil de sustentar relações seguras e confiáveis em outras agências que não as formadas por parentes. Carinho, partilha e amor seriam mais generalizados se a família não reivindicasse o monopólio de tais sentimentos. (BARRET; MCINTOSH, 1982, p. 82, tradução nossa)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> It [the family] is indeed a major agency for caring, but in monopolizing care it has made it harder to undertake other forms of care. It is indeed a unit of sharing, but in demanding sharing within it has made other relations tend to become more mercenary. It is indeed a place of intimacy, but in privileging the intimacy of close kin it has made the outside world

É focalizando o constituinte afetivo da família que as feministas vão apresentar críticas mais consensuais, já que o amor romântico e a suposta amorosidade das mulheres seriam tidos como coadjuvantes de assimetrias de poder e dependências, qualidade negativas à autonomia, inclusive emocional, das mulheres.

A ética de cuidado para algumas feministas e sociólogos se chocaria com a ética de justiça quanto à distribuição de responsabilidades. É quando muitas se questionam, mas concordam sobre a dependência afetivo emocional das crianças pequenas, sua necessidade de cuidados, o que incluiria principalmente afeto. (CASTRO; ALMEIDA; CARVALHO; MOREIRA, 2012)

Maternidade e cuidado são temas que vem sendo revisitados por sociólogos e feministas e mesmo os que usam o conceito de patriarcado em aportes teóricos para desvendar obstáculos à realização da mulher como sujeito de direitos, desejos e sem subordinações, não se centralizam mais necessariamente na família como instituição concreta, lócus de vivência de uma relação de parentesco ou convivência, como fonte principal daquele sistema de dominação. Gênero, família e maternidade são indagados como construções que pedem mudanças e que admitem desestabilizações e de reconstruções de sentidos. É quando algumas feministas mais investigam sobre a potencialidade da maternagem, dos laços entre filhas e mães para uma possível erosão de reproduções do patriarcado. Destaca-se socialização em gênero. (CHODOROW, 1978)

Contudo o próprio conceito de socialização pede colchetes, pois implicaria tomar um modelo estático de práticas, crenças, atitudes e valores que seriam decalcados em um ser passivo e sem autonomia, a criança, ou que seriam negados, mas também pelo mesmo processo, por transmissão vertical mono linear, impressos no objeto criança. Mas que objeto é esse?

---

cold and friendless, and made it harder to sustain relations of security and trust except with kin. Caring, sharing and loving would be more widespread if the family did not claim them for its own.

É quando algumas feministas reconhecem a importância da psicanálise e se voltam para a discussão sobre subjetividades, a produção de identidades engendradas ou em se fazendo, desfazendo-se e se refazendo por aí (BARRET; MCINTOSH 1982; MITCHELL, 1974; CHODOROW, 1978 entre outras). Mas que psicanálise?

O foco em subjetividades engendradas aproxima algumas feministas de Lacan e Freud, recorrendo “à lei do pai” que apelaria também para desejos e necessidades da criança – entre outras Simone de Beauvoir do *Segundo Sexo* é comumente citada como ilustração e para o caso da relação entre pai e filha, segundo Barrett e McIntosh (1982).

Já Mitchell (1974) insiste em aproximar o feminismo da psicanálise freudiana, considerando que é neste campo que melhor se anuncia a dinâmica do patriarcado. Já para outros, a teoria freudiana estaria baseada em uma família burguesa datada, ressaltando-se culpas e repressões sociais, o que não resistiria o passar dos séculos, e seria menos convincente quando referida à sexualidade feminina – Chodorow (1978), por exemplo.

Mas resgatando se não a criança, a relação mãe e filhos, e advogando a importância de tal díade inclusive no questionamento da “lei do pai”, objeto de mais críticas que a família algumas feministas destacam o tema da maternidade.<sup>4</sup> Outra aproximação entre sociologia, feminismo e psicanálise seria tentada, considerando a versão da psicanálise que apresentaria outro olhar sobre o conflito de Édipo e resgataria a importância da relação mãe-filho, principalmente mãe-filha.

Linha do feminismo critica a construtos da psicanálise de corte freudiano, centralidade do complexo de Édipo em todos os ciclos de maturação e interpretação sobre a mulher por inveja do pênis, recorre à perspectiva das relações objetais, com ênfase não exclusivamente em uma ética de cuidado, mas também em uma ética de justiça. Revisito com tal norte, a feminista e socióloga Nancy Chodorow (1978-tradução para o português

---

<sup>4</sup> Entre essas podemos citar Nancy Chodorow (1978), Dorothy Dimenstein (1976) e Jessica Benjamin, citada em Chodorow e Contratto (1982).

em 2006) e seu livro *A reprodução da maternidade: psicanálise e a sociologia de gênero*.

Reis (2008) recorre a Zeretsky para situar algumas diferenças entre Freud e Klein, autora das relações objetais que muito influenciou os escritos de Chodorow:

Tanto para Freud como para Klein o sujeito luta por conseguir certa bondade, mas para Freud a luta era kantiana e moral, enquanto para Klein era concreta e relacional. Para Freud, o superego era um imperativo categórico e despersonalizado; para Klein, se referia aos outros particularizados e concretos. Para Freud, o mundo interno estaria dominado por conflitos de autoridade; para Klein estaria dominado pela responsabilidade para com a particularidade dos outros com quem se incorre em obrigações, não em virtude de ser parte do gênero humano, como em Kant, mas porque se está em relações e circunstâncias específicas. (ZARETISKY, 2003 apud REIS 2008, p. 227)

47  
☪☪☪

Chodorow (1978) reconhece a importância da ética do cuidado para o desenvolvimento da criança, e critica a tendência das feministas discutirem teorias sobre a maternidade sem discutir teorias sobre infância e desenvolvimento da criança. Para ela e Susan Contratto (1982, p.71), em artigo intitulado “A fantasia da mãe perfeita”: “precisamos construir teorias que reconheçam colaboração e compromisso, assim como conflitos”, mas defendem que “A fantasia da mãe perfeita tem levado a uma opressão cultural das mulheres em interesse por uma criança, cujas necessidades são também fantasiadas”.. (CHODOROW; CONTRATTO 1982, p. 72)

Chodorow (1978) expressa o reconhecimento que muitas mulheres querem de fato ser mães, mas que tendem a exageros comprometedores do seu fazer-se sujeito mulher e do desenvolvimento das crianças, freando a possibilidade de que venham a desestabilizar práticas tradicionais nas relações de gênero, como as divisões sexuais de trabalho, prazer e poder. Considera que outras modelagens de maternagem são possíveis e que as mulheres podem vir a ser mães e mulheres, mas advoga que para tanto há que começarmos sendo críticos de um discurso naturalista da maternagem.



Aliás, discurso que viria segundo Badinter (2011) em seu livro com o sugestivo título *O conflito, a mulher e a mãe* sendo revivido, inclusive por correntes do feminismo, o chamado “feminismo ecológico”.

Para Chodorow (1978) maternidade não seria um destino, nem um instinto, nem dragão que domina o inconsciente, mas uma construção social. Ora toda construção traz em si o germen da sua desconstrução, mesmo que utópica. Chodorow (1978) insiste nos vínculos emocionais entre as mulheres, na díade mãe-filha, como antídoto a uma reprodução de relações patriarcais, o que é interpretado por alguns como uma busca utópica por uma sociedade sem pai e por outros como questionamento da autoridade paterna. Mas essa autora apresenta postura mais radical: e por que não uma sociedade sem mães e pais definidos pela biologia?

Contudo Chodorow (1978) é criticada por outras feministas, como Barrett e McIntosh (1982) por ter se restringido à análise da dinâmica da família e porque ao se aproximar da psicanálise, teria deixado de lado o debate que para essas autoras seria mais fecundo para o feminismo: a relação entre o privado e o público ou a estruturação da família como uma ideologia. Ideologia que não se reproduziria tão somente ao nível da família ou pelas relações na família, mas que sustenta um *ethos* civilizatório amparado por distintos aparatos sócio-político-culturais. Concluem Barrett e McIntosh (1982, p. 130, 159),

Precisamos não apenas de uma análise da família como instituição ou família como socialização, é preciso uma análise da situação absolutamente hegemônica da perspectiva familiar [ou familística] e da ideologia familiar. Assim discordamos fortemente, portanto, daqueles que argumentam que “a família” está em declínio. Temos realçado o caráter antissocial da forma presente da família, mas também o seu privilégio social que a faz como uma entidade poderosa.[...]

O que se necessita não é construir uma alternativa à família – novas formas de grupo doméstico que venham a satisfazer todas as necessidades que as famílias devem cumprir hoje. Mas urge fazer com que a família se torne menos necessária, através da construção de outras

formas de gregarismo que venham a cumprir as necessidades das pessoas, formas menos voláteis e inadequadas do que aquelas baseadas na suposição de que ‘o sangue é mais espesso que a água’.

O familismo como ideologia muito se aproxima de fundamentalismos religiosos e perversas reproduções de violências contra a homoafetividade e os trânsitos que negam a dicotomia sexo e gênero, como a Teoria *Queer* – mas essas são notas para outro texto.

A dependência histórico-político-cultural para os sentidos dados pela mulher à maternidade e formas de seu exercício são mais sublinhadas por autores feministas, em especial considerando esses tempos. Segundo Badinter (2011, p. 21):

O individualismo e a busca de plenitude pessoal predispõem as futuras mães a se fazerem perguntas que elas não se faziam no passado. Uma vez que a maternidade não é mais o único modo de afirmação de uma mulher, o desejo de filhos pode entrar em conflito com outros imperativos.

A diversidade de estímulos e pulsões por vínculos familiares e o querer ser mãe não podem ser reduzidos a orientações pragmáticas ou ao “espírito de uma época”, já que estão relacionados também à micropolíticas de afetos, sendo portanto parte de relações sociais de gênero mas não somente dessas.

## Reflexões de Chodorow

Chodorow (2006, p. 258) sublinha a importância do aporte psicanalítico de relações objetais para análises sobre mulher, maternidade e reprodução de construtos de gênero:

A maternidade pelas mulheres, portanto produz auto definição e capacidades psicológicas nas mulheres e reduz e inibe essas capacidades e auto definição nos homens. A primitiva experiência de serem cuidadas por mulheres produz uma fundamental estrutura de expectativas

nas mulheres e nos homens referentes à falta de interesses separados de seus filhos e um total interesse pelo bem-estar de seus filhos. As filhas crescem, identificando-se com essas mães, e sobre as quais elas têm expectativas. Essa série de expectativas é generalizada ao pressuposto de que as mulheres naturalmente cuidam de crianças de todas as idades e à crença de que as qualidades 'maternas' das mulheres podem e devem estender-se ao trabalho não maternante que elas fazem.

Em linha similar a outras feministas referidas neste texto, como Michèle Barrett e Mary McIntosh (1982), Badinter (2011), Chodorow (1978) e Chodorow e Contratto (1982), se alinham à crítica sobre a atual organização da maternidade e ressaltam o caráter de ideologia da maternidade, considerando que este é elemento básico a sustentar um sistema de sexo-gênero, dando base para reprodução de desigualdades sexuais.

Pela ideologia da maternidade, a mulher mãe teria a obrigação de se enquadrar a uma idealizada noção do que seria uma boa mãe, sendo responsável pela trajetória de vida psicológica e, inclusive para o senso comum, material dos filhos e filhas, mesmo quando tem seu comportamento, horizontes simbólicos, liberdade de circulação e acesso a oportunidades limitados por uma sociedade pautada em uma dominação masculina: “crenças em uma super poderosa mãe sustenta um ethos cultural que culpabilizaria as mães e a fantasia da perfeição maternal”. (CHODOROW; CONTRATTO, 1982, p. 55)

Essas autoras diferenciam a ideologia pró-maternidade e a forma como essa seria culturalmente fantasiada. Defendem o direito de uma mulher querer ter filhos e se sentir gratificada com tal experiência, mas rejeitam uma perspectiva essencialista, defendendo também o direito de uma mulher não querer ter filhos. Segundo Badinter (2011, p. 206):

[...] há quase três décadas acontece uma verdadeira guerra ideológica subterrânea da qual anda não se avaliam plenamente as consequências para as mulheres. A volta com toda a força do naturalismo, revalorizando o conceito gasto de instinto materno e louvando o masoquismo e o sacrifício femininos, constitui o maior perigo para

a emancipação das mulheres e para a igualdade dos sexos. Os partidários dessa filosofia, várias vezes milenar, detêm uma arma incomparável para fazer os costumes evoluírem na direção que desejam: a culpa das mulheres.

A apologia da maternidade reforçaria a hegemonia da heteronormatividade com suas assimetrias, entrelaça-se com o familismo e com a separação entre o público e o privado. Mas a ausência de foco também na criação é reconhecida como falha nos escritos feministas sobre família e maternidade:

Feministas têm analisado suposições e preconceitos em diversas disciplinas, e o feminismo desde o início nos levou a perceber pressupostos culturais sobre gênero (por exemplo, sobre a orientação sexual) na sociedade. Mas as feministas vêm tentando construir uma teoria da maternidade sem examinar ou perceber que uma teoria da maternidade requer também uma teoria sobre a infância e sobre o desenvolvimento da criança. (CHODOROW; CONTRATTO, 1982, p. 70, tradução nossa)<sup>5</sup>

De fato, vale a crítica ao paradoxo de correntes feministas que sublinhando o caráter relacional de gênero, ou seja, como a mulher na família se autoconstrói ou se autoidentifica na relação com o outro, pelo outro, omitem que a díade mãe e filho, também envolve relações sociais, simbólicas e de afeto que ao mesmo tempo em que a autoconstrói – como o ser mãe, por exemplo – se projeta no outro, no caso a criança, que também se autoconstruiria nessa relação. No afã de desconstruir estereótipos que atariam o destino da mulher ao de ser mãe, a potencialidade da relação mãe-filho tanto para a mãe como para o filho, inclusive para a subversão

---

<sup>5</sup> Feminists have analyzed assumptions and biases in various disciplines, and feminism early on led us to notice cultural assumptions about gender (e.g., about sexual orientation) in society. But feminists have been trying to build a theory of mothering without examining or noticing that a theory of mothering requires a theory of childhood and child development as well.

da ordem patriarcal de gênero e entre gerações, foi pouco explorada nos escritos feministas, mais preocupados com a “tirania” da maternidade.

## **Algumas notas sobre Brasil hoje: reflexões sobre a maternidade como ética social do cuidado de muitos**

52  
☪☪☪

A história das famílias no Brasil não é homogênea. Hoje, no Brasil, por distintos processos históricos a família viria se diversificando. Segundo os demógrafos Alves e Cavenaghi (2013):<sup>6</sup>

De modo geral, pode-se afirmar que o modelo hegemônico de família nuclear era formado por um homem e uma mulher que se uniam em um matrimônio por toda a vida e praticavam sexo com finalidade generativa. Esse modelo de família tinha como base o casal heterossexual, ele mais alto e um pouco mais velho, com maior escolaridade, já com um emprego ou independência financeira e ela mais baixa, mais jovem, com menor escolaridade e voltada para a vida privada de dona de casa ou com emprego extra doméstico com flexibilidade e tempo parcial. Esse modelo de família trazia embutida uma forte desigualdade de gênero. A menor autonomia das mulheres na família era geralmente reforçada pela desigualdade social, em especial pela baixa taxa de atividade laboral e pela segregação no mercado de trabalho. O menor poder, a autoridade e o prestígio feminino decorriam da desigualdade de acesso e de controle sobre os diversos recursos econômicos, sociais e culturais. Contudo, esta ‘família padrão’ começou a ruir na mesma época do fim da padronização fordista de produção, ou seja, com a revolução sexual dos anos de 1960, com a disponibilidade de métodos contraceptivos, a entrada crescente da mulher no mercado de trabalho, a reversão do hiato de gênero na educação e a aceitação mais ampla de novos arranjos familiares. Cresceu o número de domicílios comandados por mulheres. Em grande parte, isso se deve ao processo

---

<sup>6</sup> IHU On-Line – “Em que consiste “a complexidade e a diversidade das relações familiares do Brasil contemporâneo?” Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa>>. Acesso em: 20 maio 2014.

de empoderamento feminino, mas, em outros casos, a chefia feminina é decorrência da ausência do cônjuge e da falta de responsabilização dos pais (homens) com os filhos.

O aumento da carga de muitas mulheres no Brasil com trabalhos no mercado, sem necessariamente ter uma menor carga de trabalhos domésticos viria se ampliando, assim como no último censo, de 2010 se registra que de cada dez famílias, três são “chefiadas” por mulheres, sendo que a maioria se concentra em situações de pobreza. Nesse censo se visibilizou quantitativamente os casais chefiados por pessoa do mesmo sexo que o/a conjuge são 60 mil, sendo que 53,8% são formados por mulheres.

Outro tipo de família seria a poliafetiva,<sup>7</sup> sem registro extensivo oficial. Tal quadro sobre a variedade de famílias no Brasil levanta algumas questões: as mães (biológicas e sociais) em tão diversas situações necessitariam de que condições para serem “mães suficientemente boas”? Quem seria a pessoa mãe em cada tipo de família, considerando a pluralidade e diversidade de sua composição?

A leitura de conflitos na equação mãe e mulher, não desata o nó entre gênero e geração no âmbito da família. Mas se o interesse maior é por relacionar ética de cuidado com ética de justiça, reconhecendo características e necessidades tanto dos bebês, quanto das crianças e das mães, e por relações sociais mais democráticas e não orientadas por hierarquias coercitivas, precisamos mais questionar nossos portos seguros se ainda não

---

<sup>7</sup> “As famílias poli afetivas se referem aos arranjos familiares cujo núcleo não é monogâmico. São os ‘casais de 3’ ou o ‘casal de n pessoas’. Pode ser um arranjo formado por um homem e duas mulheres, uma mulher e dois homens (Uma Dona Flor de verdade) ou qualquer outro tipo de arranjo envolvendo mais de duas pessoas no núcleo familiar. Mas o censo não levantou múltiplos relacionamentos. A história mostra que a poligamia e a poliandria sempre existiram de forma mais ou menos velada. A novidade agora é que estes tipos de arranjos estão sendo visibilizados e estão sendo objeto de busca de base legal para serem reconhecidos na legislação brasileira. Existem, inclusive, as famílias poliafetivas cujos membros possuem poli orientação sexual.” DINIZ ALVES e CAVENAGHI-(IN <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa>) Acesso em: 20 maio 2014.

por diálogos, por tentativas de compreender o outro, indagar sobre nosso olhar sobre o outro, o outro conhecimento e assim quem sabe sair da zona de conforto de tolerâncias disciplinares. Mas vem se visibilizando um outro tipo de mãe, a mãe de todos, que não faz parte de estatísticas disponíveis, ou seja, a que assume uma maternidade simbólica, tornando-se mãe de muitos.

Essa mãe, aceita a tese da maternidade como uma construção social, com significados históricos específicos, nuances culturais e com diversidades de vivências e que o cumprimento de expectativas de tal construção se redefine por limites na classe. Esses são vetores epistemológicos bem discutidos por autores como Badinter (1985) e Chodorow (1990). Mas e as mães que expandem sua proteção para a defesa de muitos?

### Deslocamentos: as mães públicas

Alinho-me ao acervo de reflexões sobre as vulnerabilizações sociais das mulheres pobres mães, muitas chefas de família em unidades monoparentais; sobre a injustiça social das cobranças que lhes são feitas para serem cuidadoras, educadoras de seus filhos, sem considerar que são geralmente as únicas provedoras, e também como muitos pesquisadores, ressalto, o comum sentimento de culpa delas pelas trajetórias dos filhos.

Mas falta explorar mais as racionalizações dessas mulheres, mães na pobreza, as gratificações com o cuidar, em especial quando se rompe as dicotomias entre o público e o doméstico; e a ideia mistificada de maternagem como avessa à sexualidade, ao agito da libido. Quando se tira a maternidade do campo do sagrado e dos estereótipos e se a seculariza e se busca sentidos para as mulheres, a diversidade desafia generalizações.

Muitas se realizam em cuidados dos filhos para se sentir sujeitos; erotizam algumas o sacrifício e outras se apegam à cria inclusive para escapar de ecos de patriarcalismos, violências domésticas, o domínio do homem marido, do homem patrão, mesmo que em muitos casos caiam na armadilha do patriarca filho, do patriarca Igreja, do patriarca partido, do patriarca patrão.

É por aí que quero começar a refletir sobre o caso das mães públicas, tendo como foco subliminar aquelas que se lançam na defesa dos seus e dos pares dos seus, em movimentos sociais por direitos humanos, decolando de uma sororidade de mulheres, mães feridas. Mobilização em que pais, homens “companheiros” ou “cônjuges” são pouco referidos. Narrativas sobre engajamentos com a coisa pública, como a busca do corpo do filho morto, a justiça pelo assassinado legitimado pelo Estado, por sua polícia e outras mobilizações coletivas, misturam dor e o prazer de se descobrir sujeito, com poderes que se estimulados por maternagem aos seus se multiplicam, se ampliam, desterritorializando fronteiras entre o público e o privado e, muitas vezes, compensando traumas de marcas que vêm do doméstico, de relações familiares de violências e subordinações.

Pensando Brasil hoje, cito as Mães de Acari, que por quase 15 anos gritaram pelos corpos dos filhos, depois da chacina de Acari, em 2006, quando 11 jovens marcados como bandidos, foram sequestrados, assassinados e sumidos por forças policiais, no Rio. Elas mobilizaram a opinião pública nacional e estrangeira a princípio pelo direito de enterrar os corpos de seus filhos. Se como Antígona, da tragédia de Sófocles, aquelas Mães do Acari, pagando inclusive uma das 11 com a vida, já que assassinada, rebelaram-se contra a lei humana, dos poderosos, da violência assassina da polícia e se alinharam a uma lei sagrada, de dar sepultura a corpos, as Mães de Acari diferentemente de Antígona não se suicidaram, emparedando-se em sua dor individualizada. Desencadearam um movimento de direitos humanos que se multiplicou por várias entidades.

Hoje são vários os movimentos de mães contra “o terrorismo de Estado” (expressão em publicação das Mães de Maio), a violência policial nas periferias. Entre outros movimentos contemporâneos, cito as Mães de Maio, as Mães de Copacabana, as Mães do Rio. Mães públicas, mães de muitos.<sup>8</sup> Em Salvador, as mães dos jovens barbaramente assassinados pela

---

<sup>8</sup> Ver em Nobre (2005) sobre as mães de Acari; e em Carvalho (2014) a autobiografia de uma mãe que vem lutando contra violências policiais em favelas no Rio de Janeiro. Deize



polícia no Cabula – final de abril de 2015 – vêm desencadeando, através de movimentos sociais, protestos sobre genocídio de jovens negros.

## Ensaioando indisciplinas, mães se deslocando

Mais do que decolar de pesquisas acabadas, compartilho reflexões um tanto iconoclastas, entrelaçando maternidade, sexualidade e participação política. São ideias em movimento, uma bricolagem desenganchada, um ensaio. Aquele tipo de discurso, que segundo Adorno, evoca “liberdade de espírito”. Para Adorno (1986, p. 169, grifo nosso)

O ensaio não começa com Adão e Eva, mas com aquilo de que se quer falar; diz o que lhe ocorre; termina onde ele mesmo acha que acabou e onde nada mais resta a dizer [acrescento, naquele momento do fazer cognitivo]... Seus conceitos não se constroem a partir de algo primeiro nem se fecham em algo último.

O tema mãe, maternidade, em diferentes disciplinas do conhecimento, tende a promiscuidade entre a razão, ou modelagens sobre razão e a emoção, ou chamadas sobre tal dimensão anímica, o que é bom, pois a primeira indisciplinada no debate sobre a mãe deveria ser sair dos binarismos: subjetividade x objetividade; natureza x cultura; indivíduo x sociedade; mãe santa x a mãe “puta que o pariu”, ou seja, a primeira é a nossa e essa a do outro, como por exemplo, o juiz de futebol.

A história é rica em casos símbolos, quando mãe na arena pública, fundiram o perfil de cuidadoras dos seus com o de cuidadoras de muitos, por ativismo político ou por enfrentamento a poderes de Estado, tiranias, violências institucionalizadas.

---

Carvalho é mãe de André, que aos 17 anos foi barbaramente espancado e assassinado em 31 de dezembro de 2007, no interior do DEGASE, entidade de tutela de jovens menores, por agentes dessa instituição, ironicamente criada para “reeducação e proteção de menores”. Deize tem sido uma liderança reconhecida nas lutas por direitos humanos dos jovens periféricos, contra violências do Estado nas periferias.

Na literatura clássica, é emblemático o romance *A Mãe*, de Máximo Gorki, escrito em 1907. A Mãe, logo nas primeiras páginas, é descrita como uma mulher “alta, ligeiramente curvada: o seu corpo quebrado pela labuta incessante e os murros do homem (o marido). Movia-se sem ruído, um pouco de lado, como se temesse sempre chocar com qualquer coisa”. (GORKI, 2000, p. 20)

O marido alcoólatra morre em um acidente, a mãe continua calada a cuidar de Pavel, o filho. Pavel, operário, envolve-se com as lutas socialistas contra o Tsarismo, a mãe se choca com a perspectiva ateísta do filho e com os modos de seus amigos, mas por admiração e para proteger seu filho vai se envolvendo, escuta, aprende a ler, participa de reuniões. Já no meio do romance a mãe, após ter o filho preso, contrabandeia panfletos revolucionários na fábrica. A polícia russa não desconfia, é apenas uma velhinha, a mãe. No adiantado do romance, a mãe é também referida pelos companheiros do filho, como “a camarada”, fala, opina e tem voz própria. A causa do filho é apropriada, mas por cores próprias. A mãe é socialista, fala contra injustiça e firme defende na célula que gosta e admira Jesus Cristo. Nas páginas finais, com o filho deportado para a Sibéria e muitos de seus amigos presos ou mortos, ela dialoga com uma amiga: “E como podemos ficar de lado quando amamos um, quando outro nos é querido e tememos por todos eles... Como podemos ficar de lado?” Observa Gorki:

Semivestida, ficou um instante pensativa no meio do quarto. Parecia-lhe que já não era ela, aquela que tanto se havia inquietado e afligido pelo filho, que vivera com o único pensamento de conservá-lo são e salvo; essa mulher já não existia, tinha-se afastado, partido para muito longe, não se sabe para onde, tinha-se consumido, talvez, no fogo das emoções, e desse modo a sua alma encontrava-se agora aliviada, uma nova força regenerava-lhe o coração. (GORKI, 2000, p. 437)

Referindo-se à participação dos anarquistas na história do movimento operário no Brasil, Margareth Rago (1987), em seu livro com o sugestivo título *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*, observa

que apesar da forte presença feminina no operariado têxtil e da agenda emancipadora dos anarquistas, as alternativas de ocupações para as mulheres costumavam excluir cargos de chefia.

As fábricas, segundo Rago, eram comparadas a “lupanares” e as trabalhadoras consideradas como vítimas do capital e muito raramente como trabalhadoras que também resistiam. Eram tidas pelos companheiros militantes como “menos combativas”, “maquinas inconscientes”. (RAGO, 1987, p. 66) Mesmo no discurso operário do início do século a proteção da trabalhadora era principalmente modelada por visão dicotômica, ser mãe ou ser trabalhadora no mercado, privilegiando-se a projeção da mulher para o ser mãe, ser a educadora. Rago adverte que a história, mesmo das classes operárias, é contada por homens que representam as mulheres como mães, não como mulheres e mães e mulheres em rebelião, em buscas.

A contradição entre o público e o privado e neste do exercício da maternidade seria mais acentuada quando a referência são as chamadas “prostitutas”, tanto no discurso médico como no criminológico do final do século XIX.

Mesmo entre os anarquistas era difícil associar debates sobre direito a ser ou não mãe, projeto de amor livre, emancipação da mulher, relações afetivas e moral sexual. Segundo Rago (1987, p. 96):

Se é possível perceber no conjunto dos textos libertários, uma representação masculina da mulher, que a torna símbolo da maternidade, da passividade e da fragilidade, a esta se opõe, uma outra construção contestadora de valores dominantes. Partindo de vozes femininas no interior dos anarquistas, propõe-se a emancipação da mulher de todas as classes sociais dos papéis que lhe são atribuídos socialmente. Ao lado da tradicional representação da mulher submissa emerge outra figura feminina, simbolizada pela combatividade, independência, força, figura que luta pela transformação de sua realidade cotidiana, tanto a partir da própria presença dessas ativistas como por suas projeções.

Insisto, tendo Rago (1987) como referência, mesmo em escritos da destacada escritora de tendências anarquistas Maria Lacerda Moura, de 1932, a tônica subjacente é da departamentalização: mulher não “nasceu exclusivamente para ser mãe, para o lar, para brincar com o homem, para diverti-lo”. (MOURA, 1932 apud RAGO, 1987, p. 97)

Não há debates sobre casos híbridos, entrelaçados, ou da possibilidade ou não de combinações, como entre o ser mãe e ser tantas outras personagens; a possibilidade da mulher ser um eu múltiplo e total, o que de fato, ao que parece, só é possível, tese que ensaio, quando conseguirmos escapar de generalizações, mistificações tanto do ser mãe como do ser mulher emancipada por modelagem de mulher-homem, e pela recusa da separação entre sexualidade e maternidade. Uma provocação: tudo que é fonte de prazer se move pelo erótico, mobiliza emoções.

Outra autora, de orientação anarquista, Josefina Bertacchi, no periódico *Terra Livre* em 1910 mais avança nessa linha e se refere a um modelo de equilíbrio, “a mulher nem patroa, nem escrava, nem feminina, nem angélica, nem asséptica, nem messalina”. (RAGO, 1987, p. 102)

Mas reconhece Margareth Rago que tal utopia não se embasa em possibilidades decoladas de vivências, “o ideal feminino que aparece nos textos anarquistas é delineado difusamente”. (RAGO, 1987, p. 102)

Ainda que haja referências no ideário anarquista, à recusa do casamento monogâmico e menções a novas formas de relacionamento afetivo, passa-se ao largo de nexos entre tais indisciplinas do normativo, e questões sobre mulher e maternidade, maternidade e cuidados, e, insisto, possibilidade de trânsitos entre o público/político e o privado/afeto pela mulher/mãe. A saída mais comum é a reivindicação de famílias heteronormativas constituídas por outras organizações de parentalidade, sem divisões sexuais e assimetrias de relações entre os sexos. Os casos das famílias monoparentais com a mulher mãe, sendo a pessoa de referência da família não são contemplados, se não se nomeia como o patriarca a ser questionado, o Estado.

Por outro lado, defendo que as mães que potencializam a maternidade como estímulo para se jogar em lutas coletivas, e em movimentos sociais

de várias ordens, mesmo que estejam saindo do privado, e se realizando como mulheres no público, elas são referidas e têm suas histórias contadas como mães, agora como mães de muitos. Conhecemos suas histórias como militantes, como mães e nada sobre como foram ou são mulheres, sujeitos de desejos em corpos por hétero e/ou homoafetividades. Romperam com a conceituação disciplinar da mãe, como domínio do privado, mas não com o disciplinamento da mãe, com sua *alter* representação como mulheres assexuadas.

No Brasil contemporâneo os movimentos sociais por direitos humanos que têm mulheres mães como protagonistas não somente rompem com a divisão público/privado, como também com as dicotomias entre subjetividades, desejos, afetos e economia política.

De fato a chamada economia de cuidados entrelaça a mãe individual com a mãe “societal”, a mãe moral, a mãe do seu filho, sua propriedade, o eu estendido, parte de mim, útero expandido com a responsabilidade ética da alteridade por identificações, com aqueles que são pares dos filhos idos, geralmente lhes tirado por morte matada, os que pertencem à classe, a raça de seus filhos. Tais mães estão em vários capítulos da história do Brasil. Como na Ditadura Militar, quando muito aprendi em participação no Movimento Feminino pela Anistia (MFA).

Confesso que me aproximei do MFA torcendo o nariz. Foi “tarefa” política. Com tanta frente para se estar contra a Ditadura, ficar tomando chá em reuniões em mansões no Flamengo, ir a entrevistas com autoridades religiosas, com um monte de mães burguesas, chorosas. Mas tais preconceitos se desfizeram com a convivência com as mulheres, as mães do MFA.

Aprendi muito com as mulheres pela anistia. Mães burguesas, mães engajadas em partidos de várias tendências de centro-esquerda, mães de muitas caras, mas todas mães por justiça. Lembro-me de uma história que corria no MFA e que nos estimulava, o caso de Zuzú Angel. Contaram-me o seguinte diálogo, que nem sei se houve, entra ela e o General Geisel:

*-‘Por que a Sra. continua insistindo com tanta algazarra, querendo saber o que passou com seu filho se já declarou que sabe que ele foi morto por militares?’ Teria perguntado irritado o General Geisel para Zuzu Angel, quando ela rompendo esquema de segurança entregou a Jimmy Carter, ao lado do general, uma carta denúncia sobre as torturas e desaparecimentos no Brasil e o caso de seu filho, Stuart Angel. E ela teria respondido:*

*‘Porque perdi um filho, mas tenbo muito, todos jovens desaparecidos, sequestrados, torturados pela ditadura são meus filhos, luto e grito por eles.’<sup>9</sup> (Informação verbal).*

Ora, o caso de mães que lutam no público, em vozes únicas ou com muitas, fragiliza a ideia de que ser mãe é dimensão de vida que se realiza no doméstico, é coisa íntima, instintual, natural que se sustenta por laços de imanência e de transcendência, mas de um eu com uma parte de um outro eu que é meu, ou assim considerado.

Defendo que outra subversão é anunciada por mães que se engajam em mobilizações coletivas, decolando da maternidade, o que desafia o disciplinamento ou saberes competentes quando reduzem a mãe à família consanguínea ou de parentesco.

Concordo com Badinter (2011) quando ela alerta sobre contradições entre a mulher e a mãe, e como a construção da maternidade tende a obstaculizar a realização do ser mulher por outros parâmetros que não o da maternidade, principalmente quando o Estado não socializa serviços e os homens não renunciam alguns de seus privilégios em relações de gênero.

---

<sup>9</sup> Zuzu Angel, (Curvelo, 5 de junho de 1921 - Rio de Janeiro, 14 de abril de 1976) foi uma estilista brasileira, mãe do militante político Stuart Angel Jones e da jornalista Hildegard Angel. Personagem notória do Brasil da época da ditadura militar, ficou conhecida nacional e internacionalmente não apenas por seu trabalho inovador como estilista de moda mas também por sua procura pelo filho, militante de organizações extremistas, assassinado pelo governo e transformado em desaparecido político, em que enfrentou as autoridades da época e levou sua busca a se tornar conhecida no exterior. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Zuzu\\_Angel](http://pt.wikipedia.org/wiki/Zuzu_Angel)>. Acesso em: 12 out. 2014

Contudo, nos debates em ciências humanas e em feminismos sobre mãe, no plano do impasse entre mulher e mãe pouco se avança sobre sexualidade e as referências a tal entrelace tendem a outra culpabilização: as mulheres estariam abdicando da maternidade por conta de um individualismo hedonista, priorizando prazeres, separando sexualidade de reprodução.

A maternidade se para algumas correntes “psi” é um tipo de realização da sexualidade feminina, no conhecimento de senso comum, fora os casos tidos como perversão, mãe é sagrada, assim se dessexualiza a mulher. De fato uma das mães mais famosas da história não pariu por processo de fecundação natural, não se fez referência se no processo de fecundação do filho houve um coito e um orgasmo.

O entrelace da maternidade com vivências e sentidos de sexualidades pede mais ousadia epistemológica.

Mas a indisciplina que mais me estimula neste ensaio é outra: a tese de que a mãe “societal”, aquela que se lança no público em um momento por um estímulo de defesa do privado, dos seus, comporta tanto a reprodução da mãe como mulher assexuada, da que transfere energias por frustrações, violências nas relações de gênero, como um outro tipo de mãe, mulher-mãe em processo, que se realiza como sujeito político, o que mistura maternidade e o se jogar como mãe e mulher no público, indisciplina normativa e de difícil realização.

## PS:

Em 1850, aproximadamente, escreveu Gonçalves Dias, como parte do poema “A Canção do Tamoio”:

E há mães nessas tabas,  
Querendo caladas  
Os filhos criados  
Na lei do terror;  
Teu nome lhes diga,

Que a gente inimiga  
Talvez não escute  
Sem pranto, sem dor!

Hoje já são muitas as mães que gritam contra o terror e elas mesmas dizem o seu nome, ou são lembradas em versos e cantos.

Em 1977, Chico Buarque e Milton Nascimento escrevem a canção “Angélica”, em homenagem a mãe Zuzú Angel:

Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse estribilho?  
Só queria embalar meu filho  
Que mora na escuridão do mar.  
Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse lamento?  
Só queria lembrar o tormento  
Que fez o meu filho suspirar.  
Quem é essa mulher  
Que canta sempre o mesmo arranjo?  
Só queria agasalhar meu anjo  
E deixar seu corpo descansar.  
Quem é essa mulher  
Que canta como dobra um sino?  
Queria cantar por meu menino  
Que ele já não pode mais cantar  
Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse estribilho?  
Só queria embalar meu filho  
Que mora na escuridão do mar.



## Referências

- ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: COHN, G. (Org.) *Theodor W. Adorno*, São Paulo: Ática, 1986. p. 167-187.
- BADINTER, E. *O conflito a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BARRET, M.; MCINTOSH, M. *The anti-social family*. London: Verso, 1982.
- CARVALHO, D. Vencendo as adversidades. Autobiografia de Deize Carvalho. Rio de Janeiro: [s. n.], 2014. (Coleção Nós por Nós, Movimento Mães de Maio e Rede de Comunidades e Movimento Contra a Violência).
- CASTRO, M. G. É possível um diálogo entre a Psicanálise Winnicottiana e o Feminismo de corte Sociológico, quando o foco é gênero e família? Notas a partir de leituras cruzadas sobre maternidade - Nancy Chodorow e D. W. Winnicott. *Revista Diálogos Possíveis, Revista da Faculdade Social da Bahia*, Salvador, Ano 13, n. 2, p. 26, jul./dez. 2014.
- CASTRO, M. G.; ALMEIDA CARVALHO, A. M. e MOREIRA, L. V. de C. *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- CHODOROW, N. *The Reproduction of Mothering*. Psychoanalysis and the Sociology of Gender, Berkeley. Berkeley: University of California Press, 1978.
- CHODOROW, N. *Psicanálise da maternidade, uma crítica à Freud, a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.
- CHODOROW, N.; CONTRATTO, S. The fantasy of the perfect mother. In: THORNE, B.; YALOM, M. (Ed.). *Rethinking the family*. Some Feminist Questions, New York: Longman, 1982. p. 54-75.
- DINIZ ALVEZ, J. E.; CAVENAGHI, S. Entrevista sobre o Censo 2010. Uma família plural, complexa e diversa. 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-omplexa-ediversa>>. Acesso em: 20 maio 2014
- DINNERSTEIN, D. *The Mermaid and the Minotaur*. New York: Harper & Row, 1976.
- GORKI, M. *A mãe*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- MITCHELL, J. *Psychoanalysis and feminism*. New York: Pantheon Books, 1974.

NOBRE, C. *Uma história de protagonismo social*. Mães de Acari. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2005.

PATEMAN, C. *The sexual contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1830. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, A. R. Nancy Chodorow: não se nasce mãe. In: FERREIRA, S. L. (Org.); ALVES, I. I. D. (Org.); COSTA, A. A. A. (Org.). *Construindo interdisciplinaridades: estudos de gênero na Bahia*. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 219-235.